

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011890-72.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Daniela Rodrigues Recchia**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

DANIELA RODRIGUES RECCHIA ajuizou a presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS** em face de **BANCO DO BRASIL S.A.**, todos nos autos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese, ter notado diversos depósitos de diferentes valores em sua conta corrente sempre oriundos do Estado da Bahia. Na sequência o Banco estornava os valores sem a sua autorização, e também não lhe prestava qualquer informação a respeito da origem específica dos depósitos (identificação dos depositantes, por exemplo). Alega que em razão da frequência com que os depósitos eram realizados e da falta de informações a respeito destes, houve por bem retirar de sua conta os valores de R\$ 8.100,00 e R\$ 240,00, para forçar a ciência do depositante não identificado; por esse motivo acabou sendo processada pela empresa proprietária do dinheiro, sob a acusação de apropriação indébita. Requer seja a ação julgada totalmente procedente, sendo o banco-réu condenado ao pagamento de verba indenizatória moral no valor de 200 salários mínimos e mais R\$ 5.000,00 relativos aos danos materiais.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 14/143.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo despacho de fl. 144 foi deferida a assistência judiciária gratuita à autora.

Devidamente citado (fl.146), o banco-réu apresentou defesa às fls. 147 e ss., alegando, em síntese, que a instituição não se responsabiliza por depósitos feitos de maneira equivocada, bem como não tem qualquer participação no ocorrido, mas tão somente, estorna os valores depositados erroneamente quando é avisada do erro. Sustenta que não tem cabimento o pedido de indenização por danos morais e materiais e que, pode, sim, estornar sem autorização do correntista, os valores depositados erroneamente. Protesta pela total improcedência da ação e requer seja a autora condenada por litigância de má-fé e cominações de estilo. Juntou documentos às fls. 154/168.

Sobreveio réplica às fls. 170/174.

As partes foram instadas a produzir provas. A requerente pleiteou a juntada de documentos e o requerido permaneceu inerte (cf. fls. 177 e 178).

Em resposta ao despacho de fls. 179 o requerido peticionou às fls. 181/182.

Foram carreadas cópias do processo crime nº 5567/08 às fls. 201 e ss.

Manifestação da autora às fls. 384; o requerido permaneceu inerte (cf. fls. 385).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A fls. 415 foi oficiado ao Juízo da 4ª Vara Cível solicitando cópias do processo n. 1938/10 (o proveniente da Comarca de C. Grosso - Bahia promovido por Comercial de Estivas e Cereais Rio da Prata Ltda. em face da aqui autora, D. Daniela R. Recchia). Referidas cópias foram encartadas as fls. 425/442.

A Empresa Comercial de Estivas e Cereais Rio da Prata Ltda. recebeu ofício e encartou os documentos de fls. 444/449.

Pelo despacho de fls. 513 a instrução foi encerrada.

Memoriais da autora vieram as fls. 515/519 e do banco as fls. 521/522.

O julgamento foi convertido em diligência e, na sequência, foi ouvido o Gerente Geral do banco requerido (cf. fls. 540/545

Esse, na síntese do que tenho como necessário, **É O RELATÓRIO.**

DECIDO.

O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 14, estabelece a responsabilidade objetiva dos fornecedores de serviço pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, *in verbis*:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos (grifos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nosso).

Dessa forma, verifica-se que o legislador ordinário impôs, no âmbito das relações de consumo, a aplicação da teoria da responsabilidade objetiva nos casos em que o dano é oriundo da **falha na prestação do serviço**, seja porque o serviço não funcionou, funcionou mal ou, ainda, tardiamente.

A autora vem a Juízo almejando : condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais; a causa de pedir próxima (fundamentos de fato do pedido) consiste no **lançamento equivocado de créditos** em sua conta corrente.

É certo que até pode ter ocorrido alguma falha no serviço bancário prestado pela instituição financeira, todavia, tal falha não me aprece apta a justificar o pedido de reparação moral.

Toda a prova amealhada indica que , **a conta da autora experimentou créditos (é certo de origem desconhecida) e não débitos.**

Outrossim, os depósitos dos numerários foram feitos “on line” **por terceiros inidentificados** e, na sequência, ocorreu o estorno que era devido.

A própria autora reconhece que não era a real destinatária das quantias e sempre soube disso !!!!.

...

Como nos foi informado pela testigo **Vander da Silveira**, a casa bancária não tem como operar prévia conferência de depósitos,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mais especificamente da titularidade, os nomes, dos depositantes.

Diverso seria o destino da lide se tivesse ocorrido a inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes por dívida inexistente, na esteira dos julgados do Superior Tribunal de Justiça, prevendo a responsabilidade *in re ipsa*, quer dizer, decorrente do próprio ato, prescindindo da comprovação do prejuízo no caso concreto.

Cabe, ressaltar mais uma vez, que a autora sabia que o dinheiro proveniente dos depósitos feitos em Capim Grosso/BA e outras localidades não era seu, não se destinava a ela e mesmo assim deliberou se assenhorar de algumas remessas; na sequência foi chamada para restituir o numerário em demanda ajuizada pela real dona, como já era de esperar.

No acórdão da Apelação 0017981-47.2010 o Exmo. Sr. Dr. Desembargador Relator Viviani Nicolau, fez questão de consignar a expressão que a própria autora lavrou no documento carreado a fls. 144 dos autos, de próprio punho: ao lado do demonstrativo do depósito dos R\$ 8.340,00 em sua conta, escreveu “*dinheiro que eu retirei do depósito indevido*”.

Se equívoco ocorreu foi da empresa depositante. O banco limitou-se a operar a ordem de depósito e, na sequência, a ordem de estorno.

Aliás, tal equívoco foi reconhecido pelo Juízo da 4ª Vara Cível ao julgar a ação 1938/10 entre Comercial de Estivas e Cererais Rio da Prata Ltda e a autora.

É certo que os R\$ 8.340,00 desembolsados pela COMERCIAL DE ESTIVAS para aquisição de caixas de bacalhau vendidas por

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

SUEZ SUDOESTE (de Sto Antonio de Jesus/BA) foram parar na conta da autora por **equivoco** do Banco. Todavia o Banco tentou corrigir esse equivoco mas não conseguiu pois a autora mesmo tendo ciência de que o dinheiro não lhe pertencia, dele se apropriou.

Também não temos nos autos provas de que a conta da autora teria sido utilizada para fins ilícitos.

Por fim, o acórdão trazido a fls. 485 e ss resolveu situação diversa da que nestes autos é discutida.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenando a autora nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 524, do CPC.

São Carlos, 29 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**